



Opinião Econômica

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP

O Pix é eficiente; o cartão é um parasita

Você paga R\$ 100 no cartão de crédito e o vendedor recebe R\$ 97. Você paga R\$ 100 no Pix e o vendedor recebe R\$ 100. Parece muito melhor, mas quem arca com o custo de processar a transação?

O Pix foi desenvolvido pelo Banco Central do Brasil, é oferecido gratuitamente como meio de pagamento e o custo de processamento de cada transação para o Banco Central é inferior a R\$ 0,01.

O Pix é, portanto, um meio de pagamento extremamente eficiente. Como cartões de crédito, ineficientes e caros, sobrevivem cobrando taxas tão altas?

Quando uso o cartão de crédito, o dinheiro sai da minha conta no mês seguinte. No Pix, o di-

nheiro sai na hora. Se o preço é o mesmo, eu ganho um pouco com os juros, vale a pena.

Por que o preço é o mesmo? É caro vender no cartão de crédito, então faria sentido para o vendedor cobrar mais por isso, não?

Até bem pouco tempo atrás, uns dez anos, vendedores eram proibidos de cobrar mais pela venda no cartão de crédito. Clientes usavam o cartão para pagar depois e ganhar uns juros com isso, lojistas aceitavam para não perder vendas e, assim, pagavam um pedágio para as administradoras de cartão de crédito.

Isso mudou com uma medida provisória de dezembro de 2016, que virou lei em 2017. Agora, lojas podem cobrar preços diferentes

para meios de pagamentos diferentes desde que os valores estejam claros para o consumidor.

O problema é que, na prática, isso é difícil. O pacote de figurinhas custa R\$ 7. O vendedor pode cobrar R\$ 7,30 no crédito? Vão reclamar, chamar o Procon, boicotar o estabelecimento? Melhor não arriscar. E cobrar R\$ 6,75 no Pix comprime a margem, que é pequena. A dor de arcar com a taxa do cartão de crédito vem do desejo de não sentir a dor de contrariar expectativas de clientes.

Restaurantes também não querem colocar no menu dois preços. É chato, confunde. E a diferença seria só de 3%. Para que chatear os consumidores

com isso?

Assim, apesar de muito mais caros e ineficientes que o Pix, cartões de crédito continuam sobrevivendo, como parasitas.

Aproveitando a necessidade de transparência, a vontade de não chatear o cliente com taxas de 3% e a cumplicidade involuntária dos Procons, cartões de crédito cobram altas taxas e recompensam clientes com pontinhos e uns trocos com juros.

Instituições financeiras privadas arcam com alguns dos custos das transações por Pix (custos que incluem integração da infraestrutura tecnológica e medidas para prevenir fraudes) e não cobram pelo Pix. Podem, porém, cobrar por seus serviços

de outras maneiras – um banco pode, por exemplo, cobrar uma taxa mensal de seus correntistas.

Isso é comum. Leis estabelecem várias restrições ao que pode ser cobrado. Por exemplo, escolas precisam contratar pessoas para acompanhar estudantes com necessidades especiais e são proibidas de cobrar uma taxa extra dos pais por isso. Perto disso, o custo do Pix para as instituições é ínfimo.

Não há, portanto, motivo razoável para o governo de Trump reclamar sobre o Pix. Nós temos motivos para maldizer – e, infelizmente, continuar usando – os cartões de crédito.

A oposição à nota do governo dos Estados Unidos incluindo o Pix no rol de razões para tarifas comerciais deveria unir todos os campos políticos.

Dívida pesando ou caixa apertado?

Com o **Desenrola Brasil** no Banrisul, você encontra formas de reorganizar as finanças e seguir em frente, seja pessoa física ou empresa.



banrisul

NOVO **DESENROLA BRASIL**
SAC 0800 646 1515
Ouvidoria 0800 644 2200

Plano Safra terá desafio de atender agro mais endividado no RS

Instituições defendem condições que garantam financiamento ao setor



Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

Os impactos acumulados de sucessivas estiagens e enchentes no Rio Grande do Sul não preocupam apenas pelo aumento da inadimplência e das renegociações no crédito rural. Para bancos e cooperativas que atuam no financiamento do agronegócio, o cenário também impõe desafios para a construção do próximo Plano Safra, que precisará levar em conta uma realidade marcada por maior percepção de risco, endividamento acumulado e dificuldades de recuperação financeira dos produtores.

Embora reconheçam o agravamento das condições econômicas enfrentadas por parte do setor,

as instituições rejeitam a avaliação de que o agronegócio gaúcho esteja diante de uma crise estrutural.

O Banrisul reconhece o aumento da inadimplência rural no Estado, mas avalia que o cenário decorre principalmente das sucessivas adversidades climáticas. “É importante destacar que esse movimento não representa uma deterioração estrutural do agronegócio, que segue sendo um setor pujante, resiliente e fundamental para as economias gaúcha e brasileira”, afirma o superintendente de Agronegócios do banco, Robson Oliveira Santos.

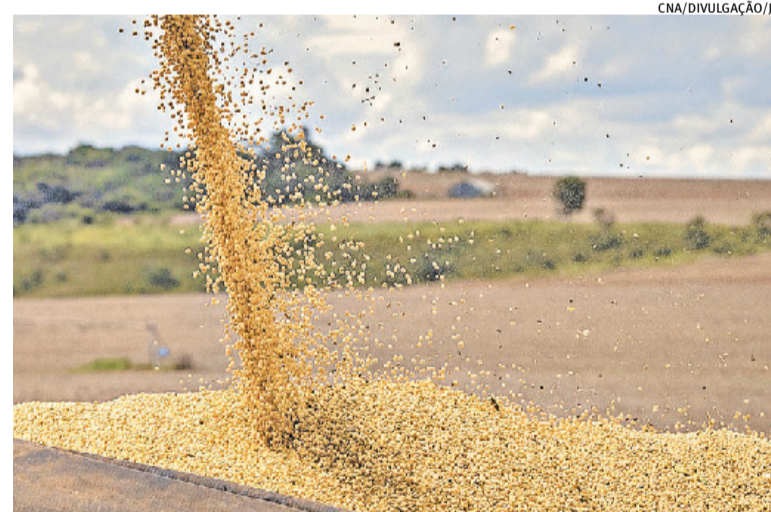
Segundo ele, o cenário exigiu uma gestão mais técnica e individualizada do risco, com atenção ampliada à capacidade de pagamento, ao histórico dos produtores, ao nível de endividamento e à viabilidade econômica dos projetos.

“Essa abordagem permite ao Banrisul manter o fluxo de crédito com responsabilidade, preservan-

do a qualidade da carteira e contribuindo para a estabilidade do sistema”, afirma.

Um dos diagnósticos mais contundentes sobre a situação financeira do campo gaúcho vem do presidente do Conselho de Administração da cooperativa de crédito Cresol, Cledir Magri. “Hoje, quando a gente olha o conceito risco em relação a esse segmento, ele tem uma elevação bastante significativa”, afirma. Para ele, o principal desafio é a combinação de fatores que se acumulam sobre a atividade. “Temos crédito com custo elevado, anos seguidos de frustrações de safra por questões climáticas e dificuldade de financiamento à medida que aumenta o endividamento.”

Na avaliação da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul (FecoAgro/RS), também não é possível apontar um único fator como principal ameaça ao produtor. A enti-



CNA/DIVULGAÇÃO/JC

Conjunto de riscos é desafio para a gestão financeira e o crédito

dade considera que clima, custo do crédito, endividamento e acesso a financiamento formam um conjunto de desafios que exige avaliações individualizadas e maior atenção à gestão financeira das propriedades.

Apesar da deterioração dos indicadores, bancos e cooperativas afirmam manter a disposição de financiar o setor e defendem medidas que permitam a recuperação financeira dos produtores. A principal preocupação está voltada para o próximo Plano Safra. Na avaliação do Banrisul, o programa precisará estar alinhado à realida-

de enfrentada pelo agro gaúcho, marcada por eventos climáticos recorrentes e impactos relevantes sobre a renda agrícola. Segundo Robson Santos, será fundamental assegurar condições que garantam previsibilidade, sustentabilidade ao crédito e instrumentos capazes de contribuir para a mitigação dos riscos. O desafio, segundo as instituições, é evitar que a elevação da inadimplência e do risco resulte em restrições mais severas ao crédito justamente no momento em que boa parte dos produtores ainda busca recompor sua capacidade financeira.